



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. SANDRO MABEL)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

DESPACHO: 24/09/97 - (AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE EDUCAÇÃO, CULT. E DESPORTO, EM 15/10/97

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CECD	15/10/97
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CECD	07/11/97	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Alexandre Santos	Presidente: [Assinatura]
Comissão de: Educação, Cultura e Desporto	Em: 06/11/97
A(o) Sr(a). Deputado(a): Augusto Mendes - VISTA	Presidente: [Assinatura]
Comissão de: Educação, Cultura e Desporto	Em: 12/12/97
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 3.667-7 DE 1997



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

01

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CELD	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Carla
			3667	1997	06	11	1997	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
- Distribuído ao Deputado Alexandre Fontes								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

2

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CECD	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Carla
			3667	1997	03	12	1997	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
- Parecer favorável do Relator, Dep Alexandre Fontes								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

3

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CECD	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Carla
			3667	1997	10	12	1997	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
- Vista concedida ao Deputado Augusto Mendes								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

4

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CECD	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Carla
			3667	1997	29	04	1998	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
- Rejeição do parecer favorável do Relator, Dep. Alexandre Fontes. Designado Relator do Parecer Vencido, Contrário, o Dep. Paulo Bornhausen.								
- Aguarda remessa a CEC.								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 1997
(DO SR. SANDRO MABEL)



Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



As Comissões Art. 21.º
Educação, Cultura e Desporto

Educação, Cultura e Desporto
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54 RI)

Em 24-09-97

PRESIDENTE

Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo, o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

Para suprir deficiências localizadas na rede pública no que toca à oferta de ensino, a Constituição Federal (art. 213) previu a possibilidade de concessão de bolsas de estudo a alunos carentes da escola básica, com recursos públicos. Empresas e



entidades da sociedade civil associando se ao Poder Público em prol da educação, também, concedem bolsas a estudantes de todos os níveis, que demonstram insuficiência de recursos. Na pós-graduação, agências governamentais, federais e estaduais, mantêm milhares de bolsistas nos mestrados e doutorados do País.

Essas bolsas representam, para a quase totalidade dos beneficiados, a única alternativa de financiamento de suas mensalidades escolares. A obtenção de tal benefício significa para os alunos e suas famílias, em princípio, a tranquilidade de poder frequentar a escola particular. Entretanto, o que se percebe no dia-a-dia é o prolongamento do sofrimento do carente que, nas datas previstas para pagamento das mensalidades, é submetido a cobranças e, muitas vezes, impedido de participar dos trabalhos escolares.

Muitas instituições de ensino exigem que os bolsistas efetuem os pagamentos até que os recursos das bolsas lhes sejam repassados e, quando isso ocorre, ou restituem o valor correspondente ao aluno ou transformam-no em pagamento de mensalidades futuras. Uma prática intolerável que expõe o estudante a uma sucessão de dificuldades na luta pelo seu legítimo direito à educação.

O que pretendemos com este projeto de lei é assegurar a suspensão do pagamento da anuidade escolar àqueles bem sucedidos no périplo pela obtenção da bolsa, a partir da apresentação de documentos oficiais subscritos pelo Poder Público ou pela iniciativa privada que se responsabiliza por aquele benefício.

Pelas razões expostas, solicitamos aos ilustres Parlamentares o apoio a esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 1997.


Deputado SANDRO MABEL

24/09/97





CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I
Da Educação

Art. 213 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.



CÂMARA DOS DEPUTADOS




COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 1997

Nos termos do art. 119, "caput", I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 07 de novembro de 1997, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1997


Célia Maria de Oliveira
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 1997

Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo, o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Deputado ALEXANDRE SANTOS

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

O nobre Deputado Sandro Mabel apresentou o PL 3667/97 que visa a assegurar ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar.

O ilustre Deputado Alexandre Santos, tendo sido designado Relator do projeto, apresentou parecer favorável à aprovação do mesmo, na reunião deste Órgão Técnico, de 29 de abril último.

Tendo sido rejeitado este parecer, fomos designado pelo Presidente para redigir o Parecer Vencedor, pela rejeição do projeto de lei.



II - VOTO DO RELATOR

Considerando louváveis as intenções do Autor e do Relator deste projeto, não podemos esquecer-nos que, assim como os estudantes, as instituições de ensino também enfrentam dificuldades e necessitam dos recursos previstos na receita para cumprimento de seus compromissos.


Assim, liberar de quaisquer pagamentos os alunos beneficiados com bolsas pode significar a inviabilização financeira das escolas, sobretudo quando a experiência brasileira ilustra que as concessões feitas pelo governo, em geral, estão sujeitas a atrasos de toda ordem.

Apesar do mérito da proposição, cremos que, por motivos técnicos, a legislação não deve descer a minúcias ao regulamentar o assunto, tendo em vista que:

- a) as condições de concessões de bolsas, integrais ou parciais, devem estar contidas nos respectivos regulamentos, e não em leis gerais;
- b) o acordo entre alunos e instituições deve ser feito mediante contratos, para o que já existe legislação pertinente;
- c) os casos de abusos podem ser adequadamente tratados pelos órgãos de defesa do consumidor.

Pelo exposto, não vislumbramos outra alternativa a não ser a rejeição do PL nº 3.667/97.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 1998.


Deputado PAULO BORNHAUSEN
Relator



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**



PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 1997

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou, contra o voto em separado do Deputado Alexandre Santos, primitivo relator, o PL nº 3.667/97, nos termos do parecer do Deputado Paulo Bornhausen, designado Relator do Vencedor.

Estiveram presentes os Senhores Deputados José Jorge, Presidente; Paulo Bornhausen, Esther Grossi e Bonifácio de Andrada, Vice-Presidentes; Pedro Wilson, Marinha Raupp, José Melo, Cipriano Correia, Emílio Assmar, Gastão Vieira, Nelson Marchezan, Padre Roque, Marcus Vicente, Ademir Lucas, Djalma de Almeida César, Rita Camata, Expedito Júnior, Fernando Gonçalves, Lídia Quinan, Maria Elvira, Augusto Nardes, João Matos, José Linhares, Eurico Miranda, Paulo Lima, Flávio Arns e Marisa Serrano.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 1998


**Deputado José Jorge
Presidente**



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 1997

Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

Autor: Deputado **SANDRO MABEL**

Relator: Deputado **ALEXANDRE SANTOS**

VOTO EM SEPARADO

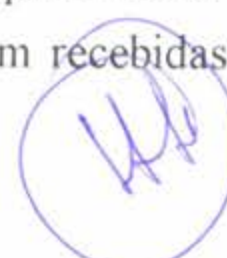
I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Sandro Mabel, visa assegurar ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar.

Tramita com apreciação conclusiva desta Comissão, nos termos do art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Consoante o art. 119, § 1º do citado diploma, a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Desporto determinou a publicação do respectivo Aviso na Ordem do Dia, além da abertura de prazo para apresentação de emendas, a partir de 07 de novembro de 1997, por 05 (cinco) sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Os alunos beneficiários de bolsas de estudo são freqüentemente desprovidos de recursos financeiros, sendo esta condição um dos fundamentos da concessão da bolsa.

Ao receber o comunicado de que a bolsa foi concedida, o estabelecimento escolar tem a garantia do ressarcimento de sua prestação educacional.

Nesse contexto a exigência de que os bolsistas efetuem os pagamentos até que os recursos das bolsas sejam repassados constitui-se em medida abusiva que vem tumultuar a vida do estudante, impedindo que concentre suas preocupações na organização de seus estudos.

Assiste razão ao nobre autor quando destaca que o bolsista procede a verdadeiro périplo para obter o benefício, correndo o risco de não se desvencilhar do problema face à exigência mencionada. Não se pode punir o aluno carente que demonstra seu mérito acadêmico, requisito comum para a concessão da bolsa.

Pelo exposto, votamos favoravelmente, ao Projeto de Lei nº 3.667, de 1997.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1998


Deputado **ALEXANDRE SANTOS**
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 3.667-A, DE 1997
(DO SR. SANDRO MABEL)**

Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela rejeição, contra o voto em separado do Deputado Alexandre Santos.

Publique-se.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 08/06/98

Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício nº P- 116/98 /98

Brasília, 19 de maio de 1998

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 3.667/97, do Sr. Sandro Mabel - que "assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente,

Deputado JOSÉ JORGE
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado MICHEL TEMER
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA.

Caixa: 184
Lote: 76
PL N° 3667/1997
14

SE Recebido	
Orgão: S. Atas	n.º 1219/98
Data: 26/05/98	Hora: 11:50
Ass.: Angéla	Ponto: 3491



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.667-A, DE 1997 (DO SR. SANDRO MABEL)

Assegura ao aluno beneficiado com bolsa de estudo o direito de suspender o pagamento da anuidade escolar, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

- I - Projeto Inicial
- II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto
 - . termo de recebimento de emendas
 - . parecer vencedor
 - . parecer da Comissão
 - . voto em separado do Deputado Alexandre Santos